



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N° 001 /2021

(Processo Administrativo N° 2021009688)

(Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para realizar análise estrutural de edificação e para produção de Laudos Técnicos; Parecer Técnico conclusivo; Projeto Executivo e Orçamentação, com apresentação dos documentos que lhes são inerentes, como a competente planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e especificação técnica de materiais e equipamentos, com fito de balizar os serviços futuros de recuperação das estruturas de concreto armado do Anexo Administrativo Des. Archimedes Souto Maior do Tribunal de Justiça da Paraíba, situado na cidade de João Pessoa/PB)

Abertura: 15 de junho de 2021 às 10:00 horas (Horário Local)

Durante todas as fases do certame serão adotadas todas as medidas e exigências vigentes para fins de proteção a coletividade no que se refere ao Covid-19

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – N° 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 2021009688

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, através da Presidente da Comissão de Licitação designada pela 1452 /2020, de 29 de outubro de 2020 publicada no Diário da Justiça de 03 de novembro de 2020, e autorização expedida pela Presidência do Tribunal de Justiça, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, sob a forma de execução indireta, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", **no dia 15 de junho de 2021, às 10:00 horas, no auditório do Anexo Administrativo João XXIII, instalada no térreo do Anexo Administrativo João XXIII, situado na Rua Professora Batista Leite, nº 151- Bairro Róger– João Pessoa – PB** A presente licitação será regida pela Lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 93, Lei Complementar nº123/2006 e alterações e pela Resolução nº 114/2010 do Conselho Nacional de Justiça, **pelo Ato da Presidência do TJPB nº 033/2020**, pela legislação complementar vigente e pertinente à matéria, bem como pelas condições estabelecidas neste instrumento.

Esta licitação excepcionalmente não será realizada na Sala da Comissão de Licitação, e sim no Auditório térreo do Anexo Administrativo João XXIII para que possa ser cumprido o distanciamento social mínimo entre os participantes (entre 1,5 a 2 m), para prevenção de contágio pelo novo coronavírus (Covid 19)

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para realizar análise estrutural de edificação e para produção de Laudos Técnicos; Parecer Técnico conclusivo; Projeto Executivo e Orçamentação, com apresentação dos documentos que lhes são inerentes, como a competente planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e especificação técnica de materiais e equipamentos, com fito de balizar os serviços futuros de recuperação das estruturas de concreto armado do Anexo Administrativo Des. Archimedes Souto Maior do Tribunal de Justiça da Paraíba, situado na cidade de João Pessoa/PB, conforme especificações estabelecidas no Projeto Básico – anexo I deste Edital.

2. OBTENÇÃO DO EDITAL

2.1. As empresas interessadas deverão obter o Edital pela Internet, no site: www.tjpb.jus.br, menu: transparência – licitações ou, através de solicitação via e-mail: comilic@tjpb.jus.br, no horário de segunda a quinta-feira das 13h00 às 18h00 e às sextas-feiras das 07h00 às 13h00 (Horário Local).

3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1. O presente Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer item, especificação ou detalhamento de proposta, constantes em um desses documentos, mesmo que ausente no outro, serão considerados válidos e eficazes.

3.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Presidente da Comissão de Licitação, auxiliado por seus Membros;

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – N° 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 2021009688

3.3. Os licitantes deverão observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da sessão, discriminado no presente edital;

3.4. Antes do recebimento das propostas, na data aprezada neste edital, qualquer cidadão/licitante **poderá impugnar** este Edital e/ou Anexos (s), conforme Art. 41 da Lei 8.666/93.

3.5. No caso descrito no item 3.4. os impugnantes, dirigir-se-ão ao Presidente da Comissão de Licitação através do e-mail comilic@tjpb.jus.br. Caso opte pelo envio via Correios, esta deverá ser encaminhada com Aviso de Recebimento – AR, dirigida à Comissão de Licitação deste Poder, cujo endereço encontra-se descrito acima.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Empresas que estejam devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, ou seja, **dia 10/06/2021** conforme art. 22 § 2º da Lei 8.666/93, observada a necessária qualificação.

OBS. Caso a empresa esteja na condição de não cadastrada atentar para os itens 7.3 e 7.3.1 deste edital.

4.3. Não poderão participar do certame as empresas:

4.3.1 Constituídos sob a forma de consórcio;

4.3.2 Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Tribunal de Justiça da Paraíba.

4.3.3 Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Poder;

4.3.4 Estejam incluídas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União - CGU, no site <http://www.transparencia.gov.br/ceis/> respeitada a área de abrangência da punição;

4.3.5 Estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa – CNIA, no site www.cnj.jus.br;

4.3.6 Estejam incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar com a Administração Pública Estadual – CAFIL-PB;

4.3.7 Estejam em processo de falência, dissolução ou liquidação;

4.3.8 Tenha objeto social, atividade principal e/ou secundária incompatível com o objeto licitado, de acordo com a tabela CNAE.

4.3.9 Estejam incluídas nas vedações contidas no art. 9 da Lei 8666/93.

4.3.10 Empresas cujos representantes não estejam utilizando máscara de proteção

4.3.11 Empresas cujos representantes que após aferida a temperatura seja verificado que o mesmo apresentou temperatura igual ou superior a 37,5 °C

Obs.: Apenas nos casos citados nos itens 4.3.10 e 4.3.11 será permitido a licitante deixar os envelopes de habilitação e proposta como forma de continuar no certame

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES “A” e “B”

5.1. Os envelopes “A” e “B”, contendo respectivamente a documentação referente à habilitação e proposta de preço, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente lacrados, contendo na face de cada qual os seguintes dizeres:

TOMADA DE PREÇO N° 001 /2021
ENVELOPE A – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE: _____

TOMADA DE PREÇO N° 001 /2021
ENVELOPE B – PROPOSTA DE PREÇOS
PROPONENTE: _____

5.2 Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação, no endereço citado no item 2.1 e conter os dois envelopes acima mencionados, com a devida antecedência, sendo de inteira responsabilidade do licitante, qualquer prejuízo no certame decorrente no atraso da entrega.

6. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

6.1 Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

6.1.1. Titular da empresa licitante, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

6.1.2 Representante designado pela empresa licitante, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – N° 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 2021009688

comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;

6.2. Será permitido apenas um representante por empresa licitante e este deverá ser responsável por apenas uma empresa

a) Caso seja necessário a presença de mais de uma pessoa por empresa, esta aguardará do lado de fora do local onde será realizada a sessão, e caso seja necessário sua presença dentro da sala que esta seja justificada e devidamente autorizada pela Presidente da Comissão;

6.3 Será exigido o uso de máscara de proteção (de preferência a PFF2), durante toda a sessão por todos os presentes ;

6.4 Recomenda-se aos participantes a portar o menor número de objetos possíveis consigo, durante a sessão, como: adornos pessoais (colares, pulseiras, anéis, relógios, brincos, mais de uma bolsa ou mochila entre outros);

6.5 Recomenda-se as empresas se abstenham de encaminhar representante que são considerados grupos de risco : pessoas com 60 anos de idade ou mais; Portadores de doença cardiovascular, incluindo hipertensão arterial sistêmica; diabetes mellitus (a critério médico); doença pulmonar crônica grave; neoplasias malignas; obesidade (IMC maior ou igual a 40), além de doentes renais crônicos; grávidas; dentre outros;

6.6 Será exigido o cumprimento de distanciamento mínimo entre os licitantes presentes no auditório, que será sinalizado de acordo com marcação nos assentos do auditório;

6.7 Os licitantes serão orientados antes de entrar no auditório da sessão, a higienizarem seus calçados nos tapetes sanitizantes ou similares que serão posicionados nas portas de entrada do auditório.

7. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

7.1. Empresa cadastrada, conforme artigos 34 a 37 da Lei nº 8.666/93:

a) **CRC – Certificado de Registro Cadastral do próprio Tribunal de Justiça ou o SIREF – Sistema Integrado de Registro de Fornecedores do Estado da Paraíba**, vigente, que atenda aos requisitos previstos na Lei nº 8.666/93, em substituição à documentação concernente à habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeira e à regularidade fiscal, no qual deverá constar, impreterivelmente, os prazos de validade de cada documento. Será permitida a juntada de certidões atualizadas, como forma de suprir a regularidade do cadastro, desde que o mesmo encontre-se dentro de sua validade e que a certidão esteja dentro do envelope de habilitação/preço. No caso, da licitante colocar dentro do envelope outros documentos, estes também serão analisados, podendo ser motivo de desclassificação. **Não será aceito o registro cadastral do**

SICAF, em virtude deste Órgão não ser abrangido pelo referido sistema.

b) Certidão Negativa de Débito Trabalhista, conforme Lei nº 12.440/2011, de 07 de julho de 2011, caso não esteja incluso no CRC ou no SIREF;

c) Qualificação Econômica-financeira

c.1) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede do licitante ou de seu domicílio, ou que já tenham tido, no caso de Pessoa Jurídica em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial certificando o cumprimento do plano de recuperação homologado em juízo.

c.1.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede da licitante ou de seu domicílio.

c.1.1.1 A certidão descrita no subitem c.1.1 somente é exigível quando a certidão negativa de falência ou recuperação judicial da sede da licitante ou de seu domicílio(subitem c.1.) contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais. Eletrônicos.

c.1.2. a data de emissão das certidões supracitadas, deverão ser emitidas até sessenta dias anteriores ao dia da sessão, caso não esteja especificado outro prazo de validade ou autenticação no documento.

d) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

d.1) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

d.1.1. Inscrição ou Registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, da sede da licitante).

d.1.2. Apresentar um ou mais atestado(s), em nome da proponente, expedidos por órgão da administração pública ou privada, que comprove a responsabilidade técnica, na sua área de atuação, pela produção de laudo técnico de avaliação de estruturas de concreto armado.

d.2) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

d.2.1. Apresentar um ou mais atestado(s), de profissional de nível superior, ENGENHEIRO CIVIL, detentor de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da(s) respectiva (s) certidão(ões) de Acervo Técnico –CAT, expedida(s) pelo CREA de sua jurisdição, que comprovem ter o(s) profissional(is) a responsabilidade técnica, na sua área de atuação, pela produção de laudo técnico de avaliação de estruturas de concreto armado que, somadas, tenham pelo menos 500,00 m².

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – N ° 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 2021009688

d.3. A comprovação da disponibilidade do(s) profissional(is) para o controle e execução dos serviços em discussão se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, bem como do contrato de trabalho, ou ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

d.4. Na hipótese de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados;

d.5 Declaração, expedida pelo proponente, indicando o nome, CPF e número do registro no CREA do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação.

d.6. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Gerência de Engenharia e Arquitetura do TJPB.

e) DA VISTORIA:

e.1. O profissional técnico designado pelo licitante poderá vistoriar previamente as dependências onde serão realizados os serviços, objeto desta licitação, para o conhecimento do objeto licitado, sendo o pré-requisito necessário para a emissão do Termo de Vistoria (modelo em anexo)

e.2. O Termo de Vistoria será fornecido em papel timbrado do próprio Tribunal de Justiça, por servidor por este designado;

e.3. A vistoria deverá ser agendada através de contato com a Gerência de Engenharia e Arquitetura, ou Servidor por este designado, através dos telefone de contato (83) 3208-0449/3208-6020 ou ainda através do e-mail geng@tjpb.jus.br até o 3º (terceiro) dia útil, **ou seja 10/06/2021**, que anteceder a data de recebimento e abertura das propostas e o representante da empresa deverá portar os documentos comprobatórios, sob pena de não ser emitido o Atestado de Visita pelo TJPB, sendo o endereço a ser vistoriado o seguinte:

LOCAL	ENDEREÇO/TELEFONE
Comarca de João Pessoa	Praça João Pessoa, s/n, bairro do Centro, João Pessoa, Paraíba

e.4. Após a vistoria, não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham compor a proposta de preços a ser apresentada;

e.5. Não será realizada vistoria no dia de realização do certame.

e.6. Caso a empresa licitante opte por não realizar a visita, seu representante legal deverá emitir declaração, em papel timbrado da empresa, assumindo todos os riscos e possíveis diferenças entre a planilha e o encontrado no local da execução dos serviços.

f) Declaração, em papel timbrado, firmada por representante legal da Pessoa Jurídica, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo Anexo ao presente edital;

g) Declaração, em papel timbrado, de que não há superveniência de fato impeditivo para a habilitação, conforme modelo Anexo ao presente edital;

h) Termo de compromisso, em papel timbrado, firmada por representante legal da Pessoa Jurídica, declarando a inexistência, bem como assumindo compromisso de não permitir ingresso nos quadros societários e/ou de empregados da Pessoa Jurídica, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ficando desde já ciente de que a inobservância dessa vedação acarretará a rescisão imediata do fornecimento a ser celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, conforme modelo constante Anexo ao presente edital;

i) Declaração ou comprovação de enquadramento mediante apresentação de Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa nº 103 de 30 de abril de 2007, expedida pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC, **exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte que queira se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido, na presente licitação, caso necessário, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, ou ainda, comprovante de opção pelo Simples Nacional obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, para ter direito ao mesmo benefício anteriormente mencionado, com data de emissão de até 60(sessenta) dias antes do dia da sessão de licitação.**

7.2. Empresas não cadastradas

a) da Habilitação Jurídica:

a.1) registro comercial, no caso de empresa individual;

a.2) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado da alteração/aditivo eventual da gerência da sociedade, e demais que se achar pertinente, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, observando-se que citada documentação ficará dispensada, nesta ocasião, se apresentada cópia quando do credenciamento do representante do licitante;

b) da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA

b.1) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede do licitante ou de seu domicílio, ou que já tenham tido, no caso de Pessoa Jurídica em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial certificando o cumprimento do plano de recuperação homologado em juízo.

b.1.1. **Certidão** negativa de falência ou recuperação judicial referente aos

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – N° 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 2021009688

processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede da licitante ou de seu domicílio.

b.1.1.1 A certidão descrita no subitem b.1.1 somente é exigível quando a certidão negativa de falência ou recuperação judicial da sede da licitante ou de seu domicílio (subitem b.1.) contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais. Eletrônicos.

b.1.2. a data de emissão das certidões supracitadas, deverão ser emitidas até sessenta dias anteriores ao dia da sessão, caso não esteja especificado outro prazo de validade ou autenticação no documento.

c) da Regularidade Fiscal:

- c.1)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), vigente na data prevista para abertura da licitação;
- c.2)** prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, (Através de documento ou certidão que possua o número da inscrição, ex. Alvará CND municipal e etc.) se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou de sua isenção;
- c.3)** prova de regularidade para com a Fazenda Federal, representada pela Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou documento(s) equivalente(s), na forma da lei;
- c.4)** prova de regularidade com a:
 - I)** Fazenda Estadual, e;
 - II)** Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou documentos equivalentes, na forma da Lei;
- c.5)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social, representada pela CND Certidão Negativa de Débitos,(INSS)ou documento(s) equivalente(s), na forma da lei;
- c.6)** prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- c.7) Certidão Negativa de Débito Trabalhista, conforme Lei nº 12.440/2011, de 07 de julho de 2011;**
- c.8) As certidões fiscais positivas de débitos com efeitos negativos, terão os mesmos efeitos das certidões de débitos negativos.**

d) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

d.1) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

d.1.1. Inscrição ou Registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, da sede da licitante).

d.1.2. Apresentar um ou mais atestado(s), em nome da proponente, expedidos por órgão da administração pública ou privada, que comprove a responsabilidade técnica, na sua área de atuação, pela produção de laudo técnico de avaliação de estruturas de concreto armado.

d.2) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

Anexo Administrativo João XXIII, na sala do Pregão/ Licitação situado no 2º andar, localizado na Rua Professora Batista Leite 151
- Róger - João Pessoa – PB, fone: 83-3208-6018 e-mail: comilic@tjpb.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – N ° 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 2021009688

d.2.1. Apresentar um ou mais atestado(s), de profissional de nível superior, ENGENHEIRO CIVIL, detentor de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da(s) respectiva (s) certidão(ões) de Acervo Técnico –CAT, expedida(s) pelo CREA de sua jurisdição, que comprovem ter o(s) profissional(is) a responsabilidade técnica, na sua área de atuação, pela produção de laudo técnico de avaliação de estruturas de concreto armado que, somadas, tenham pelo menos 500,00 m².

d.3. A comprovação da disponibilidade do(s) profissional(is) para o controle e execução dos serviços em discussão se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, bem como do contrato de trabalho, ou ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

d.4. Na hipótese de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados;

d.5 Declaração, expedida pelo proponente, indicando o nome, CPF e número do registro no CREA do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação.

d.6. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Gerência de Engenharia e Arquitetura do TJPB.

e) DA VISTORIA:

e.1. O profissional técnico designado pelo licitante poderá vistoriar previamente as dependências onde serão realizados os serviços, objeto desta licitação, para o conhecimento do objeto licitado, sendo o pré-requisito necessário para a emissão do Termo de Vistoria (modelo em anexo)

e.2. O Termo de Vistoria será fornecido em papel timbrado do próprio Tribunal de Justiça, por servidor por este designado;

e.3. A vistoria deverá ser agendada através de contato com a Gerência de Engenharia e Arquitetura, ou Servidor por este designado, através dos telefone de contato (83) 3208-0449/3208-6020 ou ainda através do e-mail geng@tjpb.jus.br até o 3º (terceiro) dia útil, **ou seja 10/06/2021** que anteceder a data de recebimento e abertura das propostas e o representante da empresa deverá portar os documentos comprobatórios, sob pena de não ser emitido o Atestado de Visita pelo TJPB, sendo o endereço a ser vistoriado o seguinte:

LOCAL	ENDEREÇO/TELEFONE
Comarca de João Pessoa	Praça João Pessoa, s/n, bairro do Centro, João Pessoa, Paraíba

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – N° 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 2021009688

e.4. Após a vistoria, não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham compor a proposta de preços a ser apresentada;

e.5. Não será realizada vistoria no dia de realização do certame.

e.6. Caso a empresa licitante opte por não realizar a visita, seu representante legal deverá emitir declaração, em papel timbrado da empresa, assumindo todos os riscos e possíveis diferenças entre a planilha e o encontrado no local da execução dos serviços.

f) Declaração, em papel timbrado, firmada por representante legal da Pessoa Jurídica, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo Anexo ao presente edital;

g) Declaração, em papel timbrado, de que não há superveniência de fato impeditivo para a habilitação, conforme modelo Anexo ao presente edital;

h) Termo de compromisso, em papel timbrado, firmada por representante legal da Pessoa Jurídica, declarando a inexistência, bem como assumindo compromisso de não permitir ingresso nos quadros societários e/ou de empregados da Pessoa Jurídica, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ficando desde já ciente de que a inobservância dessa vedação acarretará a rescisão imediata do fornecimento a ser celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, conforme modelo constante Anexo ao presente edital;

i) Declaração ou comprovação de enquadramento mediante apresentação de Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa nº 103 de 30 de abril de 2007, expedida pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC, **exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte que queira se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido, na presente licitação, caso necessário, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, ou ainda, comprovante de opção pelo Simples Nacional obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, para ter direito ao mesmo benefício anteriormente mencionado, com data de emissão de até 60(sessenta) dias antes do dia da sessão de licitação.**

7.3. As empresas não cadastradas, caso optem por obter o Certificado de Registro Cadastral do Tribunal de Justiça da Paraíba, deverão se dirigir a Comissão Permanente de Licitação mediante agendamento através do e-mail da Comissão de Licitação (comilic@tjpb.jus.br) a entrega de toda a documentação, constante até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, ou seja, até o dia 10/06/2021 Estas empresas receberão, também por e-mail no dia útil posterior a entrega da documentação, o Certificado de Registro Cadastral do Tribunal de Justiça da Paraíba, documento este que deverá ser utilizado, desde que todos os documentos/certidões, estejam na validade, como substituição da habilitação jurídica,

Anexo Administrativo João XXIII, na sala do Pregão/ Licitação situado no 2º andar, localizado na Rua Professora Batista Leite 151
- Róger - João Pessoa – PB, fone: 83-3208-6018 e-mail: comilic@tjpb.jus.br

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – N° 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 2021009688

regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômica financeira .

7.3.1 A empresa, tem a faculdade, desde que o cadastro esteja dentro da validade, anexar no dia da sessão, documentos/ certidões, que por acaso tenha sua validade expirada, mantendo desta forma o direito a substituição citada no item 7.3

7.3.2. Para aquelas empresas que queiram participar deste certame mas que não desejem compor o cadastro de fornecedores deste órgão, também deverão encaminhar para a Comissão de Licitação toda a documentação de Habilitação até o terceiro dia anterior à data prevista, ou seja **até o dia 10 /06 /2021** para a abertura das propostas, que ficará sob custódia da Comissão, até a data e horário designados para abertura da sessão, nos termos do art. 22, §2º da Lei 8.666, de 1993. A entrega da documentação deverá ser agendada previamente através do e-mail da Comissão de Licitação(comilic@tjpb.jus.br). Estas empresas receberão no momento da entrega da documentação, documento elaborado e assinado pela Comissão de Licitação certificando do recebimento dos documentos.

7.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sendo desclassificada caso não o faça no prazo.

7.5. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, seja ele original, cópia reprográfica autenticada, ou cópia a ser autenticada pela Comissão de Licitação, mediante apresentação de originais.

7.6. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

7.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

7.8. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;

7.9. Se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

7.10. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles

documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.11. Os documentos exigidos neste edital poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por Cartório competente ou publicação original em órgão da imprensa oficial. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial desde que os respectivos documentos originais sejam apresentados na reunião de abertura dos envelopes de habilitação.

8. DA PROPOSTA DE PREÇO

8.1. A proposta deverá ser apresentada em uma via, datilografada ou processada em computador, com os valores expressos em moeda corrente do país, sem rasuras, emendas e borrões com identificação da empresa proponente, assinada pelo representante legal da empresa, constando, obrigatoriamente:

8.1.1. Indicação do preço global da proposta, referente a todos os serviços a serem executados,

8.1.2. Cronograma físico-financeiro, contendo as etapas de execução das diversas fases do objeto **o prazo máximo de execução do serviço que será de 95 (noventa e cinco) dias corridos.**

8.1.3. Prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação;

8.1.3.1. Se a proposta for omissa quanto ao prazo estabelecido neste item, o prazo acima mencionado será considerado como se nela constasse, não sendo, portanto, motivo de desclassificação.

8.2. Com o recebimento da proposta, a Comissão entenderá que todos os prazos, especificações e local das instalações foram detalhadamente analisados pelo licitante e que todos custos foram considerados para a execução dos serviços.

8.3. Consideram-se incluídos nos preços das propostas todas as despesas relacionadas direta ou indiretamente com a prestação dos serviços, tais como: quaisquer gastos ou despesas com tributos, fretes, salários, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros, lucro e outros encargos ou acessórios.

8.4. A proposta deverá referir-se a todo o especificado no objeto da presente licitação.

8.5. A apresentação da proposta por parte da licitante, significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.

9. DO PROCEDIMENTO

9.1. Serão abertos os envelopes “A”, contendo a documentação relativa à habilitação dos proponentes e procedida a sua apreciação.

9.2. Serão considerados **inabilitados** os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 7 deste edital.

9.3. Os envelopes “B”, contendo a proposta de preço, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

9.4. Serão abertos os envelopes “B”, contendo a proposta de preço dos proponentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

9.5. Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no item 8 deste edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

9.6. Julgamento e classificação das propostas será de acordo com o estabelecido no item 10 deste edital.

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. Da documentação de habilitação;

10.1.1. A ausência de qualquer documento com base no **item 7** do presente edital, inabilitará a proponente, impossibilitando a abertura do envelope de proposta de preços.

10.2. Da proposta de preços

10.2.1. Para o julgamento da proposta mais vantajosa, levar-se-á em conta, como fator determinante, o menor preço global da proposta, desde que observadas as especificações e atendidos aos requisitos estabelecidos neste ato convocatório e os previstos na legislação pertinente. Tal julgamento será realizado pelos servidores da Gerência de Engenharia, quando do exame da proposta de preços.

10.2.2. Não serão considerados motivos para desclassificação, simples omissões ou erros materiais na proposta ou na documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos dos demais licitantes;

10.2.3. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

10.2.4. Na hipótese de ocorrer lapso do licitante e o mesmo colocar a declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, bem como qualquer documento pertinente à proposta de preços dentro do envelope de habilitação, ou vice-versa, o respectivo envelope será entregue ao licitante, ou ao seu representante, o qual estará autorizado a abri-lo e retirá-la, lacrando-o em seguida, uma vez que citado documento se encontra no recinto.

10.3. Será desclassificada a proposta que:

10.3.1. Não atender aos requisitos deste instrumento convocatório;

10.3.2. Não respeitar o preço máximo proposto pela Administração, **ultrapassando o valor de R\$ 86.500,00 (oitenta e seis mil e quinhentos reais)**

10.3.4. Apresentar preço baseado em outra(s) proposta(s), inclusive com oferecimento de redução sobre a de menor valor;

10.3.5. Contiver em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, irregularidades ou defeito de linguagem capaz de dificultar o julgamento, assim como aquelas que enquadrem em qualquer das situações previstas no art. 48 da Lei 8.666/93.

10.3.6 Caso todos os licitantes venham a ser inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas no artigo 48, § 3º da Lei 8.666/93.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – N° 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 2021009688

10.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á por sorteio promovido pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do art. 45, § 2º da Lei 8.666/93, se ultrapassado o subitem 10.10. e 10.11 abaixo.

10.5. Prevalecerá o preço unitário, em caso de divergência entre este e o preço total.

10.6. Prevalecerá o preço expresso por extenso, em caso de divergência entre este e o preço expresso por algarismos.

10.7. No julgamento da documentação e das propostas a Comissão de Licitação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

10.8. As propostas apresentadas serão submetidas à apreciação técnica da Gerência de Engenharia deste Tribunal para verificação do atendimento ao objeto licitado.

10.9. Os resultados da habilitação das licitantes, bem como do julgamento das propostas, serão publicados no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

11. DOS PRAZOS

11.1 O prazo de execução dos serviços se divide em *Geral* e *Específico*, atinente a cada etapa de execução dos serviços contratados, sendo o prazo de vigência do contrato de 12 (doze) meses; donde a programação dos trabalhos deverá contemplar, acaso necessário, a realização dos serviços em horário extraordinário sem custo adicional para o Tribunal de Justiça da Paraíba.

11.1.1. Prazo Geral de Execução dos serviços é de 95 (noventa e cinco) dias corridos.

11.1.2. Os Prazos Específicos dividem-se conforme a etapa de execução dos serviços, que são:

11.1.2.1. Etapa de Inspeção Visual: prazo de 10 (dez) dias corridos.

11.1.2.2. Etapa de elaboração de Inspeção Detalhada: prazo de 10 (dez) dias corridos.

11.1.2.3. Etapa de elaboração de Projeto Executivo e Orçamento: 75 (setenta e cinco) dias corridos

11.1.3 No prazo citado no subitem 11.1 não está incluso o período de 10 (dez) dias a contar da data de assinatura da Ordem de Serviço, destinado à mobilização dos recursos da CONTRATADA a serem utilizados para a realização da obra.

11.2. Adjudicado o objeto da presente licitação, o Tribunal de Justiça convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato em até 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

11.3. O Tribunal de Justiça poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº. 8.666/93.

11.4. Os prazos de que tratam o item 11.1 poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – N° 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 2021009688

o art. 57, parágrafo 1º, da Lei nº. 8.666/93.

11.5. O licitante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais;

11.6. A recusa injustificada do licitante vencedor em receber a ordem de serviço e/ou Nota de Empenho, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

12. DO PAGAMENTO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. O pagamento e a liquidação será realizado na forma constante na cláusula décima segunda da Minuta de Contrato, anexo a este edital.

12.2. Os recursos para fazer face as despesas, correrão por conta da funcional programática: 05901.02.122.5046.4884.00000000287.33903900.27000

13. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

13.1. Antes do recebimento das propostas, na data aprazada neste edital, qualquer cidadão/licitante **poderá impugnar** este Edital e/ou Anexos (s), conforme Art. 41 da Lei 8.666/93.

13.2. As ocorrências havidas durante o ato de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas de preços serão registradas em ata, que será assinada pelos membros da Comissão de Licitação e pelos demais presentes.

13.3. Das decisões da Comissão de Licitação caberão recursos, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93.

13.4. Quaisquer recursos ou impugnações relativos a esta licitação poderão ser interpostos no prazo legal, dirigidos ao Presidente do Tribunal de Justiça, por intermédio da Comissão de Licitação, e protocolizado no Setor de Protocolo Administrativo deste Tribunal de Justiça da Paraíba, localizado a Praça Venâncio Neiva S/N Centro João Pessoa ou encaminhadas para o e-mail da Comissão de Licitação comilic@tjpb.jus.br.

13.5. As decisões e os avisos da autoridade superior serão publicados no Diário da Justiça do Estado da Paraíba.

14. RECEBIMENTO DO OBJETO DE LICITAÇÃO

14.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 73, inciso I, alíneas “a” e “b” e art. 76 da Lei 8.666/93.

Anexo Administrativo João XXIII, na sala do Pregão/ Licitação situado no 2º andar, localizado na Rua Professora Batista Leite 151 - Róger - João Pessoa – PB, fone: 83-3208-6018 e-mail: comilic@tjpb.jus.br

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 A sessão pública será realizada no auditório térreo do prédio do anexo João XXIII, para que possa ser cumprido o distanciamento social mínimo entre os participantes (entre 1,5 a 2 m) como forma de prevenção de contágio pelo novo coronavírus (Covid 19)

15.2 Será feita a utilização de Termômetro Digital Infravermelho para aferir a temperatura de todas as pessoas que forem adentrar no prédio do Anexo Administrativo João XIII, onde se verificado que sua temperatura for igual ou superior a 37, 5 °C esta será impedida de entrar no prédio e consequentemente na sessão ;

15.3 Será feita uma marcação prévia em todas as cadeiras do auditório com sinalização indicando as cadeiras que poderão ser utilizadas, de modo que elas mantenham uma distância mínima entre os licitantes;

15.4 Será definido previamente a quantidade máxima de pessoas que poderão permanecer simultaneamente no auditório (considerando que não será utilizado ar-condicionado no auditório será considerado 1 pessoa a cada 5m² de acordo com ao anexo do Ato da Presidência nº 33/2020), sendo fixado este quantitativo em local visível no lado de fora do auditório;

15.5 Será providenciado álcool 70% para higienização das mãos de todos os presentes antes da entrada no auditório, bem como reaplicado sempre que necessário durante a sessão;

15.6 Será providenciado tapetes capachos de vinil sanitizantes ou similares para a porta de entrada do auditório;

15.7 Serão higienizadas todas as superfícies das mesas, cadeiras, teclados, mouses, telefones etc. antes do início de cada sessão;

15.8 Será exigido o uso de máscara de proteção por todos os presentes na sessão;

15.9 Será disponibilizado em todo o ambiente onde será realizado a sessão, lixeiras fechadas com acionamento de pedal;

15.10 Será disponibilizado álcool a 70% por todo local da sessão para que todos os objetos e material de escritório (canetas, grampeadores, pranchetas etc.) que sejam compartilhados pelos licitantes sejam devidamente higienização a cada uso .

15.11. Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, encaminhados a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no endereço constante no rodapé deste Edital, ou por e-mail comilic@tjpb.jus.br

15.12. Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e proponentes presentes.

15.13. Fica eleito o foro da Comarca de João Pessoa, para solucionar quaisquer questões oriundas

desta licitação.

16. ANEXOS DO EDITAL

16.1. Integram o presente edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo I - Projeto Básico e seus complementos;

Complemento I do Projeto Básico – Modelo de Termo de Vistoria.

Complemento II do Projeto Básico – Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria.

Anexo II - Minuta de contrato;

Anexo III – Modelo de declaração de que não há superveniência de fato impeditivo para habilitação;

Anexo IV - Modelo de declaração de que não emprega mão-de-obra infantil;

Anexo V– Modelo de Termo de Compromisso de que não empregará cônjuge ou parente de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, membro ou de Juiz vinculado ao Tribunal de Justiça da Paraíba;

Anexo VI – Modelo de declaração de enquadramento como beneficiária da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

Anexo VII – Recibo.

João Pessoa, datado e assinado digitalmente

Diana Coeli de Araújo Vital
Presidente da Comissão de Licitação TJ-PB

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

Sumário

<u>1. OBJETO</u>	20
<u>2. JUSTIFICATIVA</u>	20
<u>3. META FÍSICA</u>	20
<u>4. PRAZO DE EXECUÇÃO</u>	21
<u>5. VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO</u>	21
<u>6. LOCAL DE EXECUÇÃO</u>	21
<u>7. RESPONSÁVEL PELA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO</u>	21
<u>8. UNIDADE FISCALIZADORA</u>	22
<u>9. TERCEIRIZAÇÃO</u>	22
<u>10. DA VISTORIA</u>	22
<u>11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA</u>	22
<u>12. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E CONTROLE</u>	23
<u>13. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA</u>	23
<u>14. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</u>	24
<u>15. FISCALIZAÇÃO DA OBRA</u>	25
<u>16. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO</u>	26
<u>17. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS</u>Erro! Indicador não definido.
<u>18. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ADJUDICAÇÃO DO OBJETO</u>	26
<u>19. UNIDADE FISCALIZADORA</u>	26
<u>20. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO</u>	26
<u>21. PARTE INTEGRANTE DESTE PROJETO BÁSICO</u>	26

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para realizar análise estrutural de edificação e que produza (1) laudo técnico da Inspeção Visual da edificação; (2) laudo técnico de Inspeção Detalhada com base na realização de ensaios mecânicos, de imagem e químicos não-destrutivos; (3) a emissão de Parecer Técnico conclusivo; (4) elaboração de Projeto Executivo de recuperação da estrutura; e (5) Orçamentação dos serviços projetados e todos os documentos que lhes são inerentes, com inclusão da memória de cálculo, qual (5.1) planilha de custos orçamentários; (5.2) cronograma físico-financeiro; e (5.3) especificação técnica de materiais, serviços e equipamentos.

Com fito de balizar os serviços futuros de recuperação da estrutura de concreto armado do Anexo Administrativo des. Archimedes Souto Maior do Tribunal de Justiça da Paraíba, situado na cidade de João Pessoa.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Analisada preliminarmente a estrutura de concreto armado do Anexo Administrativo, pôde-se perceber que esta padece de patologias visíveis e que requerem pronta e diligente solução, contudo, considerando que o Tribunal de Justiça da Paraíba prescinde de profissional qualificado para realizar competente avaliação da estrutura, faz-se imprescindível a contratação de empresa especializada para que afira concreta e minuciosamente as condições da estrutura; produza os projetos executivo e orçamentário consentâneos e informe minuciosamente os imprescindíveis serviços de recuperação estrutural que serão ulterior e finalmente contratados.

A empresa apresentará todos os documentos necessários a consubstanciar os serviços de recuperação estrutural propriamente, especialmente considerando a complexidade dos serviços; vez por que a empresa se responsabilizará pela miríade de etapas necessários à produção do laudo técnico, do projeto executivo e da orçamentação, e todos os documentos que compõem estes produtos.

Minimiza-se, assim a chance de confusão ou erro, o que impactaria deletariamente a etapa seguinte vis-à-vis execução eventual dos serviços.

No mais, faz-se premente a avaliação técnica minuciosa da situação estrutural do Anexo, ante os riscos à saúde dos jurisdicionados e servidores, que certamente adviriam da inércia ou realização dos serviços sem o competente e devido projeto lhe dando respaldo e direcionamento.

Portanto, a contratação sob comento faz-se tão premente quanto imprescindível, e visa a manutenção corretiva de importante prédio do Tribunal de Justiça da Paraíba, tanto pela seu valor histórico-cultural, como pela missão a que serve.

3. META FÍSICA

3.1. Produção dos competentes laudos técnicos, visual e detalhado, projeto e orçamentação que possam informar a eventual execução da reforma e recuperação do Anexo Administrativo Des.

Archimedes Souto Maior do Tribunal de Justiça da Paraíba, mormente a recuperação da sua estrutura de concreto armado.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1. O prazo de execução dos serviços se divide em *Geral* e *Específico*, atinente a cada etapa de execução dos serviços contratados, sendo o prazo de vigência do contrato de 12 (doze) meses; donde a programação dos trabalhos deverá contemplar, acaso necessário, a realização dos serviços em horário extraordinário sem custo adicional para o Tribunal de Justiça da Paraíba.

4.1.1. Prazo Geral de Execução dos serviços é de 95 (noventa e cinco) dias corridos.

4.1.2. Os Prazos Específicos dividem-se conforme a etapa de execução dos serviços, que são:

4.1.2.1. Etapa de Inspeção Visual: prazo de 10 (dez) dias corridos.

4.1.2.2. Etapa de elaboração de Inspeção Detalhada: prazo de 10 (dez) dias corridos.

4.1.2.3. Etapa de elaboração de Projeto Executivo e Orçamento: 75 (setenta e cinco) dias corridos.

4.2. No prazo citado no subitem 4.1 não está incluso o período de 10 (dez) dias, a contar da data de assinatura da Ordem de Serviço, destinado à mobilização dos recursos da CONTRATADA a serem utilizados para a realização da obra.

5. VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO

R\$ 86.500,00 (oitenta e seis mil e quinhentos reais)

EMPREITADA: Preço Global.

ADJUDICAÇÃO DO OBJETO: Global.

5.1. O valor total para a execução do serviço, do objeto licitado é R\$ 86.500,00 (oitenta e seis mil e quinhentos reais).

5.2. O serviço será no regime de Empreitada por Preço Global, devendo ser vencedora a licitante que oferecer menor preço global.

5.3. Será CONTRATADA a empresa que atender às exigências deste Projeto Básico, bem como do edital da licitação.

6. LOCAL DE EXECUÇÃO

6.1. Anexo Administrativo Des. Archimedes Souto Maior, Praça João Pessoa, s/n, bairro do Centro, João Pessoa, Paraíba. CEP 58013-902.

7. RESPONSÁVEL PELA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

7.1. Gerência de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça da Paraíba.

8. UNIDADE FISCALIZADORA

8.1. Gerência de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça da Paraíba.

9. TERCEIRIZAÇÃO

9.1. Será permitida a subcontratação, total ou parcial, apenas para o seguinte item do objeto deste projeto básico: (2) laudo técnico de Inspeção detalhada com base na realização de ensaios mecânicos, de imagem e químicos não-destrutivos.

10. DA VISTORIA

10.1. O profissional técnico encaminhado pela empresa poderá vistoriar previamente as dependências onde serão realizados os serviços, objeto desta licitação, para o conhecimento do objeto licitado, sendo o pré-requisito necessário para a emissão do Termo de Vistoria;

10.2. O Termo de Vistoria (modelo anexo) será fornecido em papel timbrado do próprio Tribunal de Justiça, por servidor por este designado;

10.3. A vistoria deverá ser agendada através de contato com a Gerência de Engenharia e Arquitetura, ou Servidor por este designado, através dos telefones de contato nº (83) 3208-0449/ 3208-6020, até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data de recebimento e abertura das propostas e o representante da empresa deverá portar os documentos comprobatórios, sob pena de não ser emitido o Atestado de Visita pelo TJPB, sendo o endereço a ser vistoriado o seguinte:

LOCAL	ENDEREÇO/TELEFONE
Comarca de João Pessoa	Praça João Pessoa, s/n, bairro do Centro, João Pessoa, Paraíba

10.4. Após a vistoria, não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores inerentes que venham compor a proposta de preços a ser apresentada;

10.5. Não será realizada vistoria no dia de realização do certame.

10.6. Caso a empresa licitante opte por não realizar a visita, seu representante legal deverá emitir declaração, em papel timbrado da empresa, assumindo todos os riscos e possíveis diferenças entre a planilha e o encontrado no local da execução dos serviços.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

11.1.1. Inscrição ou Registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, da sede da licitante).

11.1.2. Apresentar um ou mais atestado(s), em nome da proponente, expedidos por órgão da administração pública ou privada, que comprove a responsabilidade técnica, na sua área de atuação, pela produção de laudo técnico de avaliação de estruturas de concreto armado.

11.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

11.2.1. Apresentar um ou mais atestado(s), de profissional de nível superior, ENGENHEIRO CIVIL, detentor de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da(s) respectiva (s) certidão(ões) de Acervo Técnico –CAT, expedida(s) pelo CREA de sua jurisdição, que comprovem ter o(s) profissional(is) a responsabilidade técnica, na sua área de atuação, pela produção de laudo técnico de avaliação de estruturas de concreto armado que, somadas, tenham pelo menos 500,00 m².

11.3. A comprovação da disponibilidade do(s) profissional(is) para o controle e execução dos serviços em discussão se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, bem como do contrato de trabalho, ou ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

11.4. Na hipótese de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados;

11.5 Declaração, expedida pelo proponente, indicando o nome, CPF e número do registro no CREA do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação.

11.6. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Gerência de Engenharia e Arquitetura do TJPB.

12. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E CONTROLE

12.1. Além dos procedimentos técnicos indicados neste Projeto Básico, terão validade contratual para os fins de direito as normas editadas pela ABNT e demais normas pertinentes, direta e indiretamente relacionadas, com os materiais e serviços objetos deste Projeto Básico, inclusive as Normas de Segurança do Trabalho.

13. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA, mesmo após o recebimento provisório, se responsabiliza por:

13.1.1. Sua negligência, imperícia ou imprudência;

13.1.2. Todos os levantamentos locais que se fizerem necessários

13.1.3. Durante a execução das obras civis, caso haja necessidade de adequações, o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) pelo projeto solicitado, deverá(ão) continuar respondendo por ele;

13.1.4. Mediante o recebimento do projeto executivo de recuperação da estrutura; da planilha de custos orçamentários; do cronograma físico-financeiro; e da especificação técnica de materiais, serviços e equipamentos para a licitação da obra: Analisar a documentação entregue

e a verificação de falhas, omissões ou erros com relação às leis, às normas e à boa técnica e particularmente ao que dispõe o inciso IX do art. 6º da Lei 8666/93;

13.1.5. Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros relacionados aos serviços e à CONTRATADA;

13.1.6. Acidentes de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, na obra, ou em decorrência dela, observando rigorosamente a legislação de segurança do trabalho, especialmente no que tange à obrigatoriedade de utilização dos EPI's (Equipamento de Proteção Individual) e EPC's (Equipamento de Proteção Coletiva).

13.2. Tais fatos poderão ser consideradas inadimplimento contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções cabíveis.

14. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. Os serviços serão executados rigorosamente de acordo com o disposto neste Projeto Básico, na Proposta da CONTRATADA e nas normas técnicas aplicáveis às edificações em estrutura de concreto armado, principalmente as NBR 6118, 7680, 8802, 8681, 7584, 13752 e 5674, ficando estritamente às custas da CONTRATADA a execução dos serviços.

14.2. Qualquer alteração das disposições e especificações constantes dos documentos mencionados neste item somente será executada após aprovação por escrito da CONTRATANTE;

14.3. A CONTRATADA deverá realizar o serviço utilizando-se de profissional qualificado, com competência comprovada conforme item 11.2 e o devido registro profissional no CREA-PB, conforme indicado na fase de habilitação.

14.4. A CONTRATADA obriga-se a rigorosamente respeitar, no que se refere aos seus funcionários relacionados nestes serviços a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária vigente, responsabilizando-se exclusivamente pelos encargos relacionados direta ou indiretamente ao inadimplimento de tais obrigações; somente se permitindo a contratação de funcionário mediante registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) respectivo.

14.5. O transporte, a guarda e a manutenção de equipamentos e materiais são de exclusiva responsabilidade e ônus da CONTRATADA. Os equipamentos, assim como os materiais empregados para a execução dos serviços serão considerados como garantia suplementar do cumprimento das obrigações contratuais, não podendo ser retirados do local da obra sem prévia autorização do CONTRATANTE.

14.6. A mudança de responsabilidade técnica do contrato deverá ser imediatamente submetida ao CONTRATANTE por escrito para análise e aprovação.

14.7. Os encargos relativos à aprovação e legalização dos serviços em órgãos oficiais é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

14.8. Os serviços deverão ser desenvolvidos obedecendo estritamente os prazos e condições estipulados neste Projeto Básico e na proposta da CONTRATADA, somente sendo possível alteração do cronograma acaso aprovado pela Fiscalização.

14.9. Os atrasos eventuais que não forem devida e fundamentadamente justificados sujeitarão a CONTRATADA à multa.

14.10. Os custos relativos ao necessário e indispensável registro e regularização dos projeto e orçamento produzidos, objeto do presente, são encargo exclusivo da CONTRATADA.

14.11. As ARTs dos profissionais responsáveis pelos serviços objeto deste projeto básico com os respectivos comprovantes de recolhimento bancário.

15. FISCALIZAÇÃO DA OBRA

15.1. A CONTRATANTE designará formalmente Fiscal Técnico que ficará investido de amplos poderes para fiscalizar os serviços, bem como:

15.1.1. Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento deste Projeto Básico, contrato e demais instrumentos de instrução do certame;

15.1.2. Exigir da CONTRATADA quaisquer eventuais informações e documentos que se fizerem necessários à função;

15.1.3. Entrar na posse imediata da obra por ocasião da rescisão do instrumento contratual;

15.1.4. Exigir da CONTRATADA cumprimento de exigências legais, administrativas e técnicas que se fizerem necessárias e relacionadas aos serviços, ainda que não tenham sido referenciadas neste instrumento;

15.15. Exigir da CONTRATADA esclarecimentos e informações atinentes aos serviços, que deverá responder pronta e irrestritamente.

15.2. A Fiscalização se dará de modo sistemático, de maneira a fazer cumprir rigorosamente os prazos, qualidade, custos e segurança, condições e qualificações previstas no Projeto Básico e seus anexos.

15.3. A Fiscalização atenderá às exigências regulamentares, em conformidade com os atos administrativos do próprio TJPB, mas também do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e dos Tribunais de Contas da União e do Estado aplicáveis.

15.4. A Fiscalização poderá recusar o projeto e orçamento, acaso descumpram o estipulado neste Projeto Básico, ou no Contrato, ou a legislação aplicável competente, e que não corresponda com o pactuado, cabendo à CONTRATADA refazer em prazo não superior a 24 horas da notificação.

15.5. A CONTRATADA também deverá manter a Fiscalização ciente do andamento dos serviços, comunicando-a via e-mail institucional das anormalidades verificadas na execução dos serviços imediatamente, e procedendo ao registro no Sistema Gestor de Contratos (SGC) do TJPB, não tardando em providenciar sua pronta solução.

15.6. As comunicações serão feitas preferencialmente via e-mail institucional, geeng@tjpb.jus.br.

16. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

16.1. A conclusão dos serviços será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Gerência de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, designado(s) para este fim, sendo permitida a assistência de terceiros.

16.2. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido:

16.2.1. Provisoriamente, pelo Fiscal Técnico, no ato da entrega dos serviços, mediante comunicação escrita da CONTRATADA à Gerência de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, para posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações do objeto contratado;

16.2.2. Definitivamente, pela Comissão de Recebimento Definitivo, em até 90 (noventa) dias, contados do Termo de Recebimento Provisório, após criteriosa verificação da regularidade dos serviços contratados;

16.3. O recebimento dos serviços não afasta a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade dos serviços, nos termos da legislação competente aplicável.

16.4. A CONTRATADA deverá efetuar as correções ou complementações dos serviços que não atendam às especificações do objeto em prazo não superior à 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da notificação correspondente.

17. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

17.1. Unidade Orçamentária—____; Função —; Subfunção—; Programa—____;
Projeto/Atividade — ____— ____; Natureza da Despesa
— ____— ____; Fonte de Recurso — 100 e/ou Unidade Orçamentária—; Função —;
Subfunção—____; Programa—____; Projeto/Atividade — ____— ____; Natureza da Despesa —
____— ____; Fonte de Recurso — 270.

ADJUDICAÇÃO DO OBJETO: (x) Global () Por lote

TIPO DE EMPENHO: Ordinário

18. UNIDADE FISCALIZADORA

18.1. GEENG – Gerência de Engenharia e Arquitetura

19. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO

19.1. GEENG – Gerência de Engenharia e Arquitetura

20. PARTE INTEGRANTE DESTA PROJETO BÁSICO

1. PARTE I – MODELO DE TERMO DE VISTORIA

2. PARTE II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Em João Pessoa, 26 de abril de 2021.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – N ° 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 2021009688

Arq. Marieta Dantas Tavares de Melo
Gerente
Gerência de Engenharia e Arquitetura

COMPLEMENTO I DO PROJETO BÁSICO

MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Atestamos que, _____, Responsável Técnico da empresa _____, realizou na data de ____/____/____, a vistoria referente ao Certame denominado de _____, nº ____/____, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para realizar análise estrutural de edificação e que produza (1) laudo técnico da Inspeção Visual da edificação; (2) laudo técnico de Inspeção detalhada com base na realização de ensaios mecânicos, de imagem e químicos não-destrutivos; (3) a emissão de Parecer Técnico conclusivo; (4) elaboração de Projeto Executivo de recuperação da estrutura; e (5) Orçamentação dos serviços projetados e todos os documentos que lhes são inerentes, qual (5.1) planilha de custos orçamentários; (5.2) cronograma físico-financeiro; e (5.3) especificação técnica de materiais e equipamentos. Declarando o mesmo, para os fins que se façam necessários, que em nome da empresa conheceu as condições do local em que a obra/serviço será executado e que tem conhecimento de todas as informações necessárias à elaboração da proposta de preços, abdicando assim a empresa a qual representa, do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame.

Servidor e matrícula

Responsável Técnico e CPF

COMPLEMENTO II DO PROJETO BÁSICO

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

(Timbre da Empresa)

(Endereço, telefone, e-mail)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

A empresa _____, CNPJ nº _____, por intermédio do(a) Senhor(a) _____, indicado expressamente como seu representante, declara ter conhecimento das condições locais e do serviço a ser prestado através do Edital e seus Anexos, dispensando a necessidade de vistoria “in loco”.

Declara, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes.

Declaro que me foi dado acesso às dependências do local onde serão executados os serviços, através de cláusula expressa no Edital e Anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente para prestar o serviço com as informações prestadas no Termo de Referência / Projeto Básico e no Edital

João Pessoa, ____ de _____ de 2021.

Responsável legal da Empresa
CPF Nº _____

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO N.º ____/2021
QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA E A
EMPRESA _____ PARA A
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ANÁLISE
ESTRUTURAL DE EDIFICAÇÃO NO ANEXO
ADMINISTRATIVO DESEMBARGADOR
ARCHIMEDES SOUTO MAIOR DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA.**

CONTRATANTE: O Estado da Paraíba, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, com sede na Praça João Pessoa, s/nº, Centro, nesta cidade de João Pessoa – PB, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.283.185/0001-63, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides, no uso das atribuições que lhe são conferidas.

CONTRATADA: A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na Rua _____, Bairro _____, CEP _____, representada pelo(a) Senhor(a) _____, (a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF (MF) n.º _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social / Procuração.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo Administrativo nº 2021009688, no **Edital de Tomada de Preços nº ____/2021**, e mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para realizar análise estrutural de edificação e para produção de Laudos Técnicos; Parecer Técnico conclusivo; Projeto Executivo; e Orçamentação com apresentação dos documentos que lhes são inerentes, com inclusão da memória de cálculo, planilha de custos orçamentários, cronograma físico-financeiro, e especificação técnica de materiais,

serviços e equipamentos, com fito de balizar os serviços futuros de recuperação da estrutura de concreto armado do Anexo Administrativo Des. Archimedes Souto Maior, do Tribunal de Justiça da Paraíba, situado na cidade de João Pessoa/PB, conforme especificações estabelecidas no Projeto Básico – Anexo ao Edital em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor deste contrato é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão através da funcional programática:

Unidade Orçamentária – _____ Função – _____ Subfunção – _____; Programa – _____; Projeto/Atividade – _____ – _____; Natureza da Despesa – _____ – _____; Fonte de Recurso – 100 e/ou Unidade Orçamentária – _____; Função – _____; Subfunção – _____; Programa – _____; Projeto/Atividade – _____; Natureza da Despesa – _____ Fonte de Recurso – 270.

Reserva Orçamentária nº _____

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O regime de execução do presente Contrato será o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO:

5.1. Os prazos de execução dos serviços estão definidos no Projeto Básico, anexo ao Edital de licitação em epígrafe.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

6.2. A critério do CONTRATANTE e com a anuência da CONTRATADA, este contrato pode ser prorrogado, desde que seja demonstrado fato superveniente, de força maior, antes do término do mesmo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Cabe ao CONTRATANTE:

- 7.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA ou prepostos;
- 7.1.2. Efetuar os pagamentos devidos pelo fornecimento dos serviços executados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- 7.1.3. Exercer a fiscalização do objeto deste contrato, por meio de servidores designados;
- 7.1.4. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- 7.1.5. Fornecimento de energia elétrica adequada à execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações, além daquelas previstas no Projeto Básico e seus Anexos:

- 8.1.1. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- 8.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.3. Formalizar a indicação de preposto da empresa e substituto eventual para a coordenação dos serviços e gestão administrativa do contrato;
- 8.1.4. Cuidar para que o preposto mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas à execução dos serviços;
- 8.1.5. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.2. À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

8.3. São expressamente vedadas à CONTRATADA a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Será permitida a subcontratação apenas nos casos indicados no Projeto Básico,

Anexo Administrativo João XXIII, na sala do Pregão/ Licitação situado no 2º andar, localizado na Rua Professora Batista Leite 151
- Róger - João Pessoa – PB, fone: 83-3208-6018 e-mail: comilic@tjpb.jus.br

anexo ao Edital do procedimento licitatório de que trata o presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. As condições inerentes à fiscalização dos serviços estão definidas no Projeto Básico, anexo ao edital da licitação em epígrafe.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

11.1. O recebimento do objeto do presente contrato obedecerá ao disposto no Projeto Básico, anexo ao edital do procedimento licitatório em destaque.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

12.1. Para fins de liquidação e pagamento, após a execução dos serviços contratados, a CONTRATADA deve inserir no Sistema Gestor de Contratos - SGC, em arquivo digital, na forma indicada pela fiscalização do TJPB, os seguintes documentos:

12.1.1. Nota fiscal com descrição resumida do objeto, número da nota de empenho, mês de competência da execução dos serviços, Certidões de Regularidade Fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e Trabalhista, e Certidão de Regularidade do FGTS - CRF, todas válidas;

12.1.2. Consulta ao site oficial ou Declaração de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SIMPLES, se for o caso; e

12.1.3. Documentos complementares conforme especificados nesta cláusula.

12.2. O pagamento da fatura/nota fiscal somente poderá ocorrer com a apresentação do Registro da obra no CREA/PB com entrega à Fiscalização da ART, em no máximo 10 dias corridos, contados da assinatura da Ordem de Serviço;

12.3. A CONTRATADA emitirá a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aquele de filial ou da matriz.

12.4. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da juntada da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios no SGC, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA.

12.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – N° 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 2021009688

a) atestação de conformidade do serviço executado;

b) apresentação da comprovação discriminada nesta Cláusula.

12.6. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o serviço tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e à rescisão contratual.

12.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

12.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.8.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação da documentação exigida no subitem 12.1.2.

12.9. O Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, de acordo com o previsto neste Contrato.

12.10. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada.

12.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

12.12. O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \qquad I = \frac{\frac{5,84}{100}}{365} \qquad I = 0,00016$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 5,84%.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

14.2. A rescisão deste contrato pode ser:

14.2.1. determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

14.2.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

14.2.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

14.3. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.3.1. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.4. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, contados da data de publicação do extrato do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – N ° 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 2021009688

15.1.1. A validade da apólice deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de encerramento do contrato.

15.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais, para com o FGTS e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

15.3. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” do item 15.2 imediatamente anterior.

15.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco do Brasil, em conta específica com correção monetária, em favor do Fundo Especial do Poder Judiciário.

15.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

15.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia, a serem depositados junto ao Banco do Brasil, com correção monetária, em favor do Fundo Especial do Poder Judiciário.

15.7. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do Projeto Básico e das cláusulas contratuais.

15.8. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TJPB com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

15.9. Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

15.10. Isenção de Responsabilidade da Garantia:

15.10.1. O TJPB não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

15.10.2. Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas “c” e “d” do item 15.10.1 acima, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

15.10.3 Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

16.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I e II, da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa nos termos deste contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça da Paraíba, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante o Tribunal de Justiça da Paraíba;

16.2. Ressalvada a hipótese de força maior a inexecução parcial ou total do objeto deste Contrato, nos prazos fixados em cronograma aprovado pelo Tribunal sujeitará à contratada em relação a elas a aplicação das seguintes multas:

- a) Multa diária correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total contratado, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), por não ter iniciado

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – N.º 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 2021009688

o objeto contratado dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo TJPB;

b) Multa diária correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da respectiva etapa, limitado ao máximo de 10% (dez por cento) por atraso em unidade de execução contratada, definido no cronograma físico-financeiro.

c) Multa diária correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total contratado, limitado ao máximo de 10% (dez por cento) por não cumprimento do prazo final de entrega dos serviços contratados;

d) Multa, por ocorrência, no valor correspondente a 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total do contrato, limitado ao máximo de 10% (dez por cento) por: recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; deixar de cumprir o artigo 4º da Resolução nº 156/CNJ Conselho Nacional de Justiça; permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais à pessoa.

16.3. A contratada deverá comunicar ao TJPB os fatos de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias da sua ocorrência e apresentar os documentos para a respectiva comprovação, em até 05 (cinco) dias a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;

16.4. Multa de 20% do valor empenhado, quando a CONTRATADA:

a) Incorrer na inexecução total das obrigações assumidas;

b) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

d) apresentar comportamento inidôneo;

16.5. Para os fins do item 16.4, alínea “d” reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

16.6. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao beneficiário da nota de empenho.

16.7. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o beneficiário da nota de empenho obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

16.8. As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do item 16.1 importarão na inclusão da Contratada no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o

Estado da Paraíba - CAFIL/PB e no Cadastro de Empresas Impedidas e Suspensas - CEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO

17.1. O tratamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE e CONTRATADO observará o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e será realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, bem como a plena execução deste instrumento contratual.

Parágrafo único. O CONTRATADO assume a posição de operador, nos termos do art. 5º, VII da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, competindo-lhe o tratamento dos dados necessários à execução do contrato, de acordo com as instruções fornecidas pelo controlador.

17.2. No ato de assinatura do presente instrumento, a CONTRATADA concorda que os seus dados podem ser compartilhados quando necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres e para atender aos interesses legítimos do CONTRATANTE, observadas as disposições Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

17.3. O Tribunal de Justiça da Paraíba e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;

c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

d) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

17.4. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

18.1. O presente contrato vincula-se aos termos:

18.1.1. constantes do Processo Administrativo nº 2021009688;

18.1.2. do Edital de Tomada de Preços nº ____/2021 (e seus anexos, especialmente o Projeto Básico, elaborado pela Gerência de Engenharia e Arquitetura);

18.1.3. da proposta vencedora da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, e demais normativos de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos, bem como na Lei Estadual nº 9.697/2012, na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS – N ° 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 2021009688

20.1. Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e acordes, assinam o presente contrato para que se produzam os efeitos legais.

João Pessoa (PB) ____ de _____ de 2021

Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
CONTRATANTE

CONTRATADA

***ANEXO III– MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
PARA HABILITAÇÃO***

D E C L A R A Ç Ã O

(Nome da Pessoa Jurídica) _____, CNPJ/MF ou CIC nº. _____, sediada no (a) _____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de ____ de 2021.

Representante Legal da Pessoa Jurídica

OBSERVAÇÃO – A presente declaração deverá estar contida no envelope 02 (Documentação), depois de elaborada em papel timbrado do licitante e devidamente assinada.

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MÃO-DE-OBRA INFANTIL

DECLARAÇÃO

_____(nome da Pessoa Jurídica)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para efeito de participação no processo licitatório pertinente ao Pregão Presencial nº ____/2020 do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, bem assim para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz ()

OBS: em caso afirmativo assinalar a ressalva acima.

_____, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do Representante Legal da Pessoa Jurídica

OBSERVAÇÃO – A presente declaração deverá estar contida no envelope 02 (Documentação), depois de elaborada em papel timbrado do licitante e devidamente assinada.

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

D E C L A R A Ç Ã O

_____(nome da Pessoa Jurídica)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, estar ciente plenamente dos requisitos de habilitação para participar do procedimento licitatório Pregão Presencial nº __/2020 do Tribunal de Justiça da Paraíba.

_____, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do Representante Legal da Pessoa Jurídica

OBSERVAÇÃO – O presente documento deverá ser entregue na abertura da sessão de licitação, depois de elaborado em papel timbrado do licitante e devidamente assinado, sendo apresentado separadamente da documentação de credenciamento e dos envelopes (1 e 2).

ANEXO VI – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE QUE NÃO EMPREGA E NÃO EMPREGARÁ CÔNJUGE OU PARENTE DE OCUPANTES DE CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO, DE MEMBRO, JUIZ OU DESEMBARGADOR VINCULADO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

TERMO DE COMPROMISSO

Através deste instrumento, sem prejuízo dos ditames insertos no art. 2º, VI da Resolução CNJ 07/2005, declaro a inexistência, bem como assumo compromisso de não permitir ingresso nos quadros societários e/ou de empregados da minha Pessoa Jurídica, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ficando desde já ciente de que a inobservância dessa vedação acarretará a rescisão imediata do serviço de fornecimento a ser celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, nos termos do Edital.

_____, ____ de _____ de 2021

Assinatura do Representante Legal da Pessoa Jurídica

OBSERVAÇÃO – A presente declaração deverá estar contida no envelope 02 (Documentação), depois de elaborada em papel timbrado do licitante e devidamente assinada.

ANEXO VII– RECIBO

R E C I B O

Recebi do Tribunal de Justiça da Paraíba uma cópia do Edital da TOMADA DE PREÇOS N° **001/2021**, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para realizar análise estrutural de edificação e para produção de Laudos Técnicos; Parecer Técnico conclusivo; Projeto Executivo e Orçamentação, com apresentação dos documentos que lhes são inerentes, como a competente planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e especificação técnica de materiais e equipamentos, com fito de balizar os serviços futuros de recuperação das estruturas de concreto armado do Anexo Administrativo Des. Archimedes Souto Maior do Tribunal de Justiça da Paraíba, situado na cidade de João Pessoa/PB

Razão

Social/Denominação:

CNPJ/MF:

Endereço:

Telefone:

Fax:

E-mail:

João Pessoa (PB), ____ de ____ de 2021.

Assinatura

OBSERVAÇÃO: Visando comunicação futura entre este Tribunal de Justiça e essa Pessoa Jurídica, solicitamos de Vossa Senhoria, preencher o recibo de entrega do edital e remeter a Comissão Permanente de Licitação por meio por e-mail: comilic@tjpb.jus.br